

RIGIDEZ DO MERCADO LABORAL E INSTABILIDADE MACROECONÓMICA: DESEMPREGO E REALIDADE EUROPEIA

António Mendes da Silva Ferraz ()*

1 — Introdução

Após o desencadeamento dos «choques petrolíferos» verificados na década de 70 e dos subsequentes períodos de «estagnaflação» que se lhes seguiram, se verificou todo um esforço de reconstrução teórica por parte dos analistas, na busca de uma melhor compreensão acerca do funcionamento económico global.

Tal atitude tem vindo a ganhar novo impulso, no presente, dada a verificação de situações generalizadas de recessão económica a nível mundial, bem como devido a existência de taxas de desemprego elevadas e duradouras em todo o mundo industrializado. Tais fenómenos assumem uma particular expressão e dimensão no contexto da Comunidade Económica Europeia, atravessada que é na actualidade, por uma acentuada crise económica e social. Na realidade as previsões generalizadas para o ano corrente (com particular realce para a Comissão Europeia), apontam para a verificação de um crescimento negativo do PIB para o conjunto da CE, na ordem dos 0,5 %, ao qual deverá corresponder uma taxa de desemprego aproximadamente de 12 % da população activa existente na Comunidade e para o mesmo ano.

Os aspectos aqui referidos são tão mais interessantes quanto se sabe que eles assumem no contexto europeu contornos mais expressivos e graves do que os verificados nas economias americana e japonesa, economias concorrentes directas da CE nos mercados mundiais. Desta forma, têm-se assistido a todo um esforço de investigação teórica no sentido de se encontrar um quadro explicativo coerente e adequado o mais possível à realidade económica, de forma a que se possa elaborar um conjunto de sugestões quanto às acções a serem exercidas na mira de uma possível ultrapassagem da problemática em questão, e, por consequência, da possibilidade de retoma da actividade económica geral e de um combate eficaz ao desemprego que se alastra em todo o contexto da Comunidade Europeia.

A exposição e confronto das principais correntes teóricas que incidem a sua análise nas características e funcionamento do mercado do trabalho e nos consequentes efeitos em termos de instabilidade macroeconómica passa a ser assim o nosso objectivo no presente trabalho. Um melhor esclarecimento teórico é o caminho mais correcto para a adopção de uma *praxis* política, que se deseja mais adequada e eficaz em termos de possíveis ultrapassagens de

(*) Professor auxiliar da Universidade do Minho.

bloqueamentos existentes e de consequentes melhorias no bem-estar das populações.

Poderíamos dizer que a investigação nesse domínio tomaria duas direcções radicalmente diferentes: a primeira explorando a necessidade de reconciliar os novos factos com o modelo neoclássico básico. Assim, trabalhou-se com a ideia de manutenção do pressuposto de concorrência perfeita em todos os mercados, porém, abandonar-se-ia o pressuposto de perfeita informação. Debruçaram-se deste modo sobre os efeitos na economia de choques nominais aleatórios, tais com «inovações» monetárias, assim como os canais de persistência destes efeitos. Esta visão, seria a aproximação designada por «informação imperfeita». Enquanto a segunda via teria vindo a explorar, pelo contrário, com mais desenvolvimento aquilo que poderia designar-se por fundamentos microeconómicos do funcionamento económico global, em particular, os efeitos da moeda sobre o *output* e o mecanismo dos salários e dos preços. Esta aproximação caracteriza-se pela assumpção de estruturas de mercado em «concorrência imperfeita».

Tendo por base a estrutura de funcionamento dos mercados em «concorrência imperfeita», analisar uma perspectiva teórica surgida em finais dos anos 70, que visaria sobretudo segundo os seus defensores dar fundamento à ideia de ajustamento gradual de salários e preços que teria empiricamente vigorado no início daquela década. Fundamentalmente, procurar-se-ia adaptar aquela análise à hipótese das expectativas racionais e, desta forma, explicar a não contradição entre comportamentos racionais e ajustamento económico gradual, isto é, a possibilidade da existência de flutuações económicas. Como exemplo desta perspectiva temos trabalhos de autores como S. Fisher (1977), J. Taylor (1979 e 1980), que desenvolveram modelos com base na existência de rigidez nominal e expectativas racionais, as quais implicavam um papel importante para a política económica em geral e para a monetária em particular. A maior parte da investigação iria no sentido de conceder mais sólidos fundamentos à teoria do ajustamento gradual dos salários e dos preços.

2 — A teoria do ajustamento gradual dos salários e dos preços no final da década de 70: a teoria dos contratos salariais

Em finais da década de 70, o fenómeno do ajustamento gradual dos salários e dos preços e, portanto, da eventualidade de existência de flutuações económicas devido a verificação de choques monetários, estaria muito mais relacionado com o mecanismo de funcionamento do mercado do trabalho, do que com os mecanismos de formação dos preços [admitia-se que os preços dos produtos no mercado dos produtos finais estariam directamente ligados aos custos salariais (e não só), por meio da incidência de uma taxa de *mark-up*]. Assim, não haveria, em essência, movimentos nos preços que não resultassem de alterações ou modificações nas condições de funcionamento do mercado do trabalho. A análise defendida pelos autores defensores da teoria dos contratos salariais de longo prazo baseava-se na ideia de existência de uma curva da procura de trabalho reflectindo a lei dos rendimentos decrescentes, levava-nos a concluir que o salário real teria um movimento

marcadamente contracíclico. A evidência empírica teria, contudo, para alguns autores, refutado essa conclusão, mostrando que os salários e o emprego seriam essencialmente independentes ao longo do ciclo (o comportamento dos salários reais revelar-se-iam, fundamentalmente, acíclico ou moderadamente procíclico). Seria nesta linha de pensamento que se destacariam pelos seus trabalhos autores como P. T. Geary e J. Kennan (1982) e M. J. Bilts (1985). De acordo com o primeiro daqueles estudos (p. 865):

The prediction of a negative correlation between employment and real wages over the business cycle is based on the argument that the labour demand curve is fixed in the short-run, since technology and capital stocks are fixed [...] Our data reject this interpretation [...] Cycle models that include explanations of employment and real wage should be checked to see whether they can generate serially correlated employment and real wage series, which are (at least approximately) independent.

Em relação ao segundo trabalho, uma explicação importante seria referida para explicar, por um lado, o carácter dos salários reais e, por outro lado, a falha de muitos estudos anteriores sobre o mesmo assunto. Assim, a chave da questão residiria na inclusão ou não das horas extraordinárias de trabalho no cômputo dos salários reais. Sendo fundamentalmente procíclicas, a sua não inclusão implicaria em estimativas contracíclicas, provavelmente, em desacordo com a realidade. Bilts (1975, p. 668) referiria:

Using panel data for the period 1966-1980, I find real wages to be very procyclical. A fall in the unemployment rate of one percentage point is associated with a rise in real wages of 1.5-2 percent.

2.1 — O modelo de Fisher

S. Fisher (1977) introduziria o seguinte modelo (logarítmico):

$$Y = (m - p) + \mu \quad (1)$$

$$Y = (w - p) \quad (2)$$

$$W = E(p| - 1) \quad (3)$$

A equação (1) representaria a procura agregada com, simplificada, elasticidade do *output* relativamente aos saldos monetários reais unitários. O valor de μ traduziria um choque não relacionado com as variações da procura resultantes de medidas de política económica antecipadas. A equação (2) seria a oferta de *output* obtida por comportamentos visando a maximização de lucros, com um procedimento simplificador idêntico à equação anterior, isto é, assumir-se-ia que a elasticidade da oferta de *output* relativamente aos salários seria unitária. A equação fundamental seria (3), que nos diria que os salários nominais seriam predeterminados no início de cada período na base da informação disponível, de forma que as expectativas fossem as de se obter um salário real constante e um nível de emprego também constante.

A informação disponível quando o salário nominal fosse estabelecido, incluiria valores desfasados mas não correntes de m e μ . Seria exactamente isto que nos diria S. Fisher (1977, p. 195):

[...] The nominal wage is treated as predetermined throughout the paper in that it is known at the beginning of the period while output and the price level adjust during the period. The assumption that the wage is predetermined is based on the empirical observation that wages are usually set in advance of employment. It is assumed that nominal wage is set to try to maintain constancy of the real wage, which is equivalent in this model to maintaining constancy of employment and/or labour income.

Desta forma, os choques da procura e da moeda afectariam o nível do *output* somente na medida em que eles não fossem antecipados. Neste sentido, haveria uma estreita relação com o modelo preconizado por R. Lucas. Apesar disso, o mecanismo seria idêntico ao utilizado por Keynes: sendo os preços flexíveis no mercado dos produtos finais tal não sucederia no mercado do trabalho onde os salários nominais apresentar-se-iam fixos ao longo da duração do contrato, de forma que, os choques na procura agregada nominal fariam elevar os preços, diminuir os salários reais e aumentarem o *output*.

Neste primeiro modelo, se a autoridade em política económica não pudesse agir mais rapidamente e ou não possuísse mais informação do que os negociadores dos contratos salariais, não haveria lugar a políticas visando estabilizar o *output*. Para Fisher, essa seria a hipótese mais provável, porque a sugestão de que a autoridade monetária receberia melhor informação ou de que a receberia mais rapidamente do que os agentes privados, teria uma base frágil, porque a informação útil habitualmente tenderia a tornar-se disponível a todos, talvez através da inferência baseada em acções passadas da autoridade monetária. Porém, este facto não seria tão verídico quando os salários nominais fossem estabelecidos para períodos superiores a um ano. Isto mesmo seria apresentado no segundo modelo estudado por Fisher. Neste último caso, no início de cada período, metade da força de trabalho determinaria os seus salários nominais para os dois períodos seguintes, o corrente e o próximo. Cada salário nominal seria, da mesma forma, estabelecido em ordem a se encontrar um salário real esperado constante em cada um daqueles períodos. Desta forma,

$$Y = (m - p) + \mu \quad (1')$$

$$Y = -1/2[(w - p) + (w(-1) - p)] \quad (2')$$

$$W = E(p|-1) \text{ e } W(-1) = E(p|-2) \quad (3')$$

A equação (2') retrataria o salário relevante para as empresas e que seria a média ponderada dos salários nominais correntemente em existência. O primeiro, que se aplicaria a metade da força de trabalho, seria o salário escolhido para este período e estabelecido no início do mesmo; o segundo seria aquele escolhido para vigorar no actual período e que foi negociado nos princípios do período anterior. Eles seriam representados respectivamente por W e $W(-1)$. A equação (3') estabeleceria que cada um desses dois tipos de salários nomi-

nais seria, por seu turno, igual à expectativa do nível de preços correntes baseado na informação disponível ao tempo em que o salário fosse negociado: os salários seriam estabelecidos de forma a obter, em valores esperados, um salário real constante.

Os movimentos no *output* deveriam depender apenas dos choques não antecipados da procura agregada (em particular quanto as alterações monetárias). Moeda não antecipada significaria agora o valor da moeda menos a média ponderada da moeda antecipada deste e do período prévio. Haveria que tirar duas conclusões principais do modelo: a primeira seria que os efeitos da moeda sobre o *output* perdurariam por dois períodos, a segunda seria que a política monetária baseada somente na informação disponível no começo do período poderia abrandar as flutuações económicas. A razão para tal facto seria simples: em resposta a um choque da procura não esperado neste período, os negociadores do salário nominal desejariam reajustar os seus salários nominais no próximo período. Metade deles não o poderiam fazer, porém, a autoridade monetária podê-lo-ia fazer, ajustando a massa monetária para o próximo período, compensando o efeito do choque não esperado da procura sobre o nível de preços do próximo período. Desta forma, o modelo apelaria para a adopção de políticas acentuadamente activistas.

2.2 — O modelo de Taylor

J. Taylor (1979 e 1980) introduziria modelos baseados na existência de sobreposição de contratos de trabalho (*overlapping labour contracts*) similares em muitos aspectos àquele referido por S. Fisher (1977) para o caso de existência de contratos abrangendo dois períodos e de os salários serem estabelecidos de forma alternada (*staggered wages*), isto é, de não existir sincronia no estabelecimento dos contratos (o que implicaria na sobreposição dos mesmos). Haveria, contudo, uma importante diferença: para J. Taylor os salários não seriam somente predeterminados, antes, seriam também iguais para os dois períodos, isto é, estabelecer-se-ia o mesmo nível de salário nominal para aqueles períodos. Uma versão simplificada seria apresentada por J. Taylor (1979) possuindo a seguinte estrutura:

$$Y = (m + p) \quad (1)$$

$$p = (1/2)[W + W_{(-1)}] \quad (2)$$

$$Y = (1/2)[p + E(p+1) - 1] + (1/2)aE(Y+1) - 1 \quad (3)$$

A equação (1) revelar-nos-ia a procura agregada. Considera-se apenas a possível existência de choques monetários.

Em cada período, metade da força de trabalho negociaria um salário nominal para vigorar no período corrente e no próximo período; este salário seria representado por W . Assim, no período corrente, metade da força de trabalho seria remunerada num valor igual a W e a outra metade seria retribuída com um salário $W_{(-1)}$. A equação (2) estabeleceria o nível de preços como uma média ponderada daqueles dois salários. A taxa de *mark-up* dos preços sobre os salários seria assumida como não dependendo do nível do *output*.

A equação (3) dar-nos-ia o valor de W , o salário negociado para vigorar no presente e no próximo período. Se os trabalhadores pudessem escolher o seu salário nominal em cada período, eles deveriam ter em conta que este salário seria uma função crescente do nível de preços, com elasticidade unitária, e do *output* (emprego), com elasticidade a . Como eles manteriam os seus salários nominais para dois períodos, o salário nominal W dependeria do nível de preços e do *output* actual (no período presente) e esperado (no próximo período). Os choques monetários assumir-se-ia serem conhecidos somente após os salários estarem estabelecidos e, por este facto, não seriam incluídos na informação relevante quando do estabelecimento de W .

Substituindo p e $E(p(+1)/-1)$ de (2) em (3) e reformulando:

$$W = (1/2)[W(-1) + E(W(+1)/-1)] + a[E(Y/-1) + E(Y(+1)/-1)] \quad (4)$$

Este facto sugeriria uma interpretação alternativa relativamente ao comportamento salarial. Assim, os trabalhadores tentariam preservar os seus salários relativos e, deste modo, atenderiam tanto a $W(-1)$, como a $E(W(+1)/-1)$, os salários pagos à outra metade da força de trabalho no actual e no próximo período. Esta seria a interpretação dada por Taylor.

Em ordem a resolver este modelo sob a hipótese das expectativas racionais, poder-se-ia especificar da seguinte forma, um processo para m (oferta monetária). Se m seguisse, por exemplo, um processo aleatório, a solução poderia ser dada por

$$\begin{aligned} W &= kW(-1) + (1 - k)m(-1) \\ p &= (1/2) [W + W(-1)] \\ Y &= (m - p) \end{aligned}$$

Consideremos os efeitos dinâmicos de um aumento não antecipado da moeda. Porque os salários seriam estabelecidos antes que a variação monetária fosse conhecida, a moeda não exerceria qualquer efeito sobre os salários e os preços no período corrente e, assim, haveria um efeito pleno sobre o *output*. Ao longo do tempo, contudo, os salários nominais deveriam ajustar-se e, desta forma, também o nível dos preços. O *output* retornaria ao seu nível de equilíbrio de longo prazo. Quanto menor o parâmetro a , que daria a medida do efeito das condições do mercado do trabalho sobre os salários, mais o valor de k se aproximaria da unidade e mais persistentes seriam os efeitos das variações monetárias.

Estes resultados difeririam daqueles de Fisher em pelo menos um aspecto importante: os efeitos da moeda persistiriam por muito mais tempo do que aquele durante o qual cada salário nominal fosse fixado. O aspecto intuitivo poderia ser encontrado na relação (4), com a alternância implicando que os trabalhadores tivessem em linha de conta indirectamente o valor dos seus salários relativos. Se o efeito das condições no mercado do trabalho fosse relativamente fraco, os trabalhadores deveriam negociar um novo salário nominal W , profundamente dependente do valor do salário existente $W(-1)$. Por

outra via, seria determinante o grau de influência que um dado grupo de trabalhadores exerceria sobre um outro grupo de trabalhadores. Em última instância, tal facto dependeria grandemente da maior ou menor possibilidade de substituição de trabalho entre aqueles grupos. Se não fossem bastante substituíveis, então, os salários de um grupo pouca influência teria sobre o salário do outro grupo. Se, pelo contrário, os dois grupos fossem próximos da perfeita substitubilidade, então, os salários de um grupo exerceriam papel importante no nível salarial do outro grupo de trabalhadores. Desta forma, os salários nominais e o nível de preços ajustar-se-iam gradualmente em direcção ao equilíbrio (atendendo a esta estrutura de decisão quanto aos salários, a análise do ajustamento gradual dos salários e dos preços poderia ser extensivo também ao caso de variações antecipadas da moeda).

Tanto o modelo de Taylor como o de Fisher mostrariam que as expectativas racionais poderiam ser introduzidas no «mecanismo salários-preços», que poderiam gerar efeitos persistentes face a variações monetárias e que poderiam conduzir a políticas monetárias activistas. Esta nova análise de tipo Keynesiano seria uma via de racionalização da rigidez dos salários nominais. Os salários nominais seriam rígidos não por causa de qualquer misteriosa rigidez à baixa como se poderia inferir da análise de Keynes, mas porque compromissos contratuais impediriam as pessoas de ajustarem totalmente os seus salários nominais face a choques da procura agregada.

Restar-nos-ia acrescentar dois aspectos de relevo na análise de J. Taylor (1980): em primeiro lugar, a compatibilidade do modelo em estudo, com o carácter contracíclico dos salários reais e, em segundo lugar, o papel da política económica (monetária) como possível factor de estabilização. Quanto ao primeiro aspecto, vamos exemplificar, supondo, que vigorariam contratos laborais de dois anos e que metade dos contratos na economia fossem revistos em cada ano. Vamos supôr ainda que partimos de uma situação caracterizada por estabilidade de preços e que, entretanto, um declínio não antecipado no *stock* monetário ocorreria. Se todos os salários e preços fossem perfeitamente flexíveis, eles deveriam descer imediatamente na proporção da descida da oferta monetária e, deste modo, nenhum efeito real se sucederia. Isto não ocorreria, contudo, se admitíssemos a existência de contratos de longo prazo que fixassem os salários nominais. Com a queda do *stock* monetário, existiria, potencialmente, um declínio do emprego. Os trabalhadores que estivessem desempregados e cujos contratos fossem estabelecidos agora, deveriam optar por reduzir os seus salários de uma forma suficiente para que fossem contratados. Se tal sucedesse, o nível de preços deveria baixar porque o salário médio sofreria um decréscimo. Porém, quando o nível de preços descresse, o salário real que estaria a ser pago aos trabalhadores abrangidos pelos contratos em vigor subiria (o salário nominal que eles receberiam seria fixo e o nível de preços desceria), e, desta forma, alguns deles perderiam os seus empregos.

Acrescente-se que os trabalhadores, normalmente, estariam interessados em que os seus *salários relativos* não diminuíssem. Se aqueles cujos contratos iniciassem novo processo de negociações aceitassem cortes suficientes para se manterem totalmente empregados, poderiam ver os seus salários relativos alterarem-se acentuadamente em confronto com os outros grupos de

trabalhadores cujos salários fossem revistos posteriormente. Os trabalhadores poderiam, neste caso, aceitar alguma quantidade de desemprego em ordem a manter os seus salários relativos o mais estável possível quando comparados com os níveis salariais dos restantes grupos profissionais. Se assim fosse, os salários correntes deveriam ser estabelecidos em algum ponto situado entre o seu nível de pleno emprego e o nível de salário dos contratos ainda em vigor. Isto significaria que os salários não se ajustariam imediatamente a alterações monetárias, isto é, os salários seriam menos do que totalmente flexíveis. Haveria um processo que levaria algum tempo até que houvesse um ajustamento total dos salários. O facto de existirem contratos salariais de longo prazo não sincronizados e a questão dos salários relativos, implicariam directamente na possibilidade de persistência (de períodos mais ou menos extensos) de rigidez salarial e desemprego.

O modelo seriam assim capaz de explicar simultaneamente a inflação salarial e o desemprego.

Em relação ao segundo ponto, seria essencial compreender como a extensão da persistência dos efeitos económicos, devido a choques da procura agregada, estaria estritamente dependente do grau em que a política monetária adoptada pudesse ser considerada como mais ou menos acomodatória face ao desvio do preço relativamente ao seu nível de pleno-emprego. Como é do nosso conhecimento, na definição dos salários nominais em determinado período, seria essencial o papel desempenhado pelas expectativas que os trabalhadores possuíssem acerca da variação dos seus salários relativos, isto é, eles tentariam manter (e numa medida tanto maior quanto menor fosse o peso das alterações no mercado de trabalho nas decisões salariais) no máximo possível a sua posição salarial face aos outros trabalhadores, em ordem a que os seus salários nominais não saíssem demasiado da linha relativamente aos salários dos outros trabalhadores cujos contratos continuariam em vigência no período actual, e também das expectativas quanto aos salários nominais que pudessem ser estabelecidos em futuros contratos por parte dos outros trabalhadores. Ora, se houvesse uma política monetária com acentuado grau de acomodação, por exemplo, fortemente expansionista, traduzindo um acréscimo notório da oferta monetária devido a aumentos nos preços face a choques da procura agregada positivos, seria de se prever, em termos de expectativas racionais, que os salários nominais a serem estabelecidos em contratos futuros tendessem a ser maiores. Desta forma, poderíamos dizer que nesse caso os trabalhadores dariam uma atenção mais relevante, nas negociações salariais, para além dos salários nominais futuros, ao papel exercido pelas expectativas quanto às condições do mercado de trabalho futuro, isto é, do nível esperado do *output* e do emprego (na expressão salarial por nós já referenciada, o valor do parâmetro a tenderia a ser maior e conseqüentemente, o parâmetro k tenderia a diminuir). Nessa medida, haveria pressões para que os salários actualmente objecto de revisão fossem mais elevados do que inicialmente se poderia prever, conduzindo a um processo de retorno à situação de equilíbrio inicial com uma maior rapidez, com menor persistência dos efeitos económicos desencadeados por choques da procura agregada iniciais. Poderíamos, assim, afirmar que o maior ou menor grau de persistência dos referidos efeitos sobre o nível de *output* real estaria, funda-

mentalmente, em consonância com a forma como a política monetária prosseguida fosse mais ou menos acomodatória. Seria esta no fundamental a caracterização do papel estabilizador da política monetária contemplado no modelo de Taylor (1980) ⁽¹⁾.

3 — Perspectivas críticas face à anterior visão keynesiana

O estudo do fenómeno de rigidez salarial tem dado lugar, contemporaneamente, a análises no domínio da rigidez dos preços e ao desenvolvimento de novas teorias baseadas no desequilíbrio de tipo Keynesiano, traduzindo-se numa mudança de atenção daquilo que se passaria no mercado do trabalho para o que sucederia no mercado dos produtos, secundarizando, em certa medida, o papel do primeiro daqueles mercados no processo da afectação do *output* devido a variações da procura agregada (em particular, da política monetária). Desta forma, seria o facto de poderem existir pequenos custos de ajustamento do preço (*small menu costs*), a causa principal por que as variações na procura agregada poderiam conduzir a que as empresas, actuando em concorrência monopolista, não alterassem os seus preços e, em vez disso, satisfizessem a procura. Assim, alterações na procura agregada implicariam variações no emprego e *output*. Os modelos de rigidez dos salários nominais expostos por autores como Fisher e Taylor têm sido objecto de críticas dos mais variados quadrantes. Assim, no âmbito da «nova teoria clássica», já tivemos ocasião de referir a posição de R. Barro (1977). Também autores considerados de raiz Keynesiana teceram diversas críticas aos modelos de contratos salariais referidos. Assim, por exemplo, N. G. Mankiw (1987a, pp. 18-20 e 1987b, pp. 105-106) indicaria que uma dessas críticas adviria do facto de sendo os modelos em questão baseados na existência de contratos salariais de longo prazo que determinariam, antecipadamente, os salários nominais, eles falhariam por não estabelecerem os fundamentos microeconómicos da existência de tais contratos, de tal forma que no dizer de Mankiw (1987b, p. 105):

[...] if nominal wage contracts are responsible for large and inefficient fluctuations in employment, then rational workers should not agree to them.

Neste sentido, a formação de um contrato óptimo não deveria produzir rigidez dos salários nominais, sob pena de se assumirem substanciais afastamentos da racionalidade, como o que sucede no quadro dos «teóricos dos contratos salariais».

⁽¹⁾ Acerca de um possível confronto entre os modelos dos contratos salariais, desenvolvidos por Fisher e Taylor, referiria M. Parkin (1986, p. 20) que, o modelo macroeconómico proposto por Fisher assumiria a existência de *bunching*, i.e., de sincronização no ajustamento dos preços, pelo menos no seu modelo de um só período, enquanto que, para Taylor, o seu estudo estaria essencialmente voltado para economias onde os preços fossem estabelecidos de forma alterada (*staggered*) e, conseqüentemente, se verificasse sobreposição de contratos (*overlapping contracts*).

Em segundo lugar, não seria óbvio, relativamente à inflexibilidade dos salários nominais, que os salários nominais observados afectassem directamente as decisões de emprego. Assim, se aqueles salários fossem vistos como sendo meros pagamentos em prestações dentro de um contexto de relações de trabalho de longo prazo, então o nível corrente dos salários não necessitaria de ser um preço relativo significativo. Mankiw (1987a, p. 19) assinalaria a propósito que:

In the context of a long term relationship, there is no reason why a wage paid in a given period should equal the marginal product of labour, as would be true in a spot market. Instead, the wage will be like an installment payment.

Por outras palavras, a razão porque os trabalhadores pressupondo que agissem racionalmente aceitariam em concordar na fixação dos seus salários nominais, dever-se-ia ao facto de que estes mesmos salários não teriam tanta importância, como à primeira vista poder-se-ia esperar na determinação do emprego. De forma idêntica, o facto dos salários pagos a um dado trabalhador serem rígidos não implicaria necessariamente que a alocação do factor trabalho estivesse determinado de forma ineficiente ⁽²⁾.

Por último, e talvez a mais séria crítica, relacionar-se-ia com o comportamento cíclico do salário real, que pareceria não ser consistente com os modelos de incorporação de um salário nominal predeterminado e movimentos ao longo de uma curva uniformizada da procura de trabalho (negativamente inclinada). Assim, de acordo com os textos tradicionais, um choque negativo na procura agregada faria descer o nível de preços, subir o salário real desde que o salário nominal fosse fixo, e assim reduziria a quantidade de trabalho procurado. Flutuações da procura agregada implicariam flutuações económicas, onde os salários reais teriam um comportamento contracíclico. Contudo, a observação empírica como a realizada entre outros, por Geary e Keenan (1982) e Bils (1985), mostrar-nos-ia que os salários reais seriam acíclicos ou ligeiramente procíclicos. Seria significativo sobre o assunto o que nos diria Mankiw (1987b, pp. 105-106):

According to this traditional view, firms lay off workers in recessions because labour costs are too high; prices have fallen but wages have not. In practice, however, real wages do not seem higher in recessions.

Estes três problemas apontados acima, relacionados com a perspectiva que acentuaria o enfoque sobre a existência de contratos laborais de longo prazo, têm alterado a atenção e a centralização da análise de outros autores de formação Keynesiana nos anos 80, transferindo o objecto central dos seus

⁽²⁾ L. Ball, N. Mankiw e D. Romer (1988, p. 15) apontariam, a propósito, que:

Although there is dearly much nominal wage rigidity in actual economies — in USA labor contracts, for example, wages are set up to three years in advance — the allocative effects of this rigidity are unclear.

estudos, do mercado de trabalho em direcção ao mercado dos produtos finais. Deste modo, a explicação das flutuações económicas e do desemprego passaria fundamentalmente, não pelo fenómeno da rigidez salarial no mercado de trabalho, mas sim pelo fenómeno de rigidez dos preços no mercado dos produtos finais. De acordo com esta nova visão Keynesiana, as empresas despediriam temporariamente trabalhadores durante as recessões, não pelo facto de os custos salariais se situarem demasiado elevados, mas sim porque as vendas no mercado dos produtos finais poderiam estar substancialmente baixas. Esta ênfase no mercado dos produtos, segundo esta nova perspectiva, permitiria evitar aqueles três problemas indicados anteriormente.

Em primeiro lugar, ela não requeriria um grande afastamento da racionalidade. As empresas poderiam naturalmente aumentar as suas vendas através de reduções nos preços, porém, o benefício que retiraria deste facto seria relativamente pequeno (de segunda ordem); pequenos custos de ajustamento dos preços (i. e., pequenos *menu costs*) poderiam implicar que tal atitude fosse racional, sob o ponto de vista da empresa em não alterar os seus preços. Estes *small menu costs* resultariam de custos tipicamente físicos e administrativos que adviriam da alteração dos preços dos produtos e que seria referido por N. G. Mankiw (1985, p. 529) da seguinte forma:

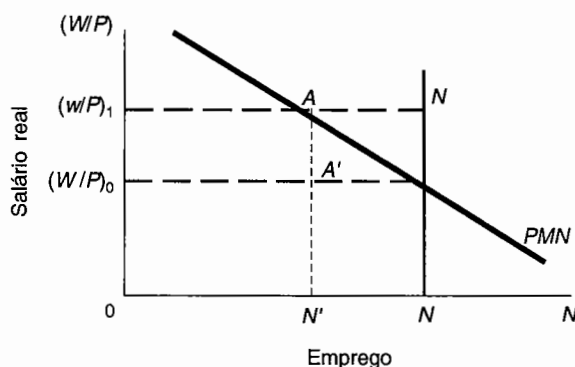
The act of altering a posted price is certainly costly. These costs include such items as printing new catalogues and informing salesman of the new price.

Contudo, o custo social desta rigidez de preços seria de primeira ordem. Esta disparidade entre objectivos privados e sociais surgiria por causa da distorção preexistente no estabelecimento dos preços de forma não competitiva (i. e., da não existência de concorrência perfeita). Quanto ao segundo aspecto, não se poderia argumentar que a rigidez observada nos preços fosse irrelevante para a alocação dos recursos. J. Rotemberg (1987, p. 76) apontaria para o facto de que os preços ao público das revistas e outras publicações, de acordo com um estudo para os USA realizado por S. G. Cecchetti (1986), se ajustariam de forma muito pouco frequente e que tal facto não poderia ser rejeitado. Estes preços representariam preços de transacções e não meros pagamentos em prestações como no caso dos salários dos trabalhadores no contexto de uma relação de longo prazo. Relativamente ao terceiro aspecto, poder-se-ia afirmar que o novo tipo de análise não implicaria que o salário real tivesse um comportamento contracíclico. Uma vez que a oferta agregada fosse derivada mais da inflexibilidade dos preços dos produtos do que dos salários nominais rígidos, os salários reais poderiam ser facilmente acíclicos ou procíclicos (Blinder, A. S., e Mankiw, N. G. 1984).

Em suma, para esta nova visão macroeconómica, o facto de poderem existir custos, mesmo que pequenos, no ajustamento dos preços, poderia gerar suficiente rigidez dos preços dos produtos de tal forma que substanciais efeitos na actividade económica real daí poderiam advir. Temos portanto um novo tipo de explicação do fenómeno cíclico e do desemprego devido a factores monetários. Este tema será aliás central no estudo que se pretende realizar no contexto da presente tese.

4 — Rigidez real

A persistência nas últimas décadas de altas taxas de desemprego, em particular na Europa, têm vindo a conduzir a um esforço de investigação teórica visando explicar cabalmente tal facto. Assim, nos anos 50 e 60, se o desemprego na Europa se apresentou bastante abaixo daquele registado nos USA, nos anos 70, já a taxa de desemprego europeu esteve a alcançar a americana. Na década de 80, ela tornar-se-ia mesmo bastante acima da verificada nos USA (assim, por exemplo, em 1985 para uma taxa de desemprego de 7,1 % nos USA, existiriam taxas de desemprego, respectivamente de 8,6, 10,1 e 13,2 na RFA, França e Grã-Bretanha) (fonte: *OECD Historical Statistics, 1960–1980* e *OECD Economic Outlook*, n.º 39, May 1986). A resposta a este fenómeno teria vindo a ser dirigida, fundamentalmente, na tentativa de demonstrar que, o que se passaria realmente, residiria mais no facto de os salários reais se situarem a níveis demasiado altos relativamente ao seu nível de equilíbrio de pleno-emprego do que na simples insuficiência da procura agregada. A figura abaixo ilustrar-nos-ia a questão mostrando-nos, por um lado, a curva da procura de trabalho — a produtividade marginal do trabalho (PMN) — com o salário real no eixo vertical e, por outro lado, a oferta de trabalho, N , de pleno-emprego. O salário real de pleno emprego seria $(W/P)_0$.



Assim, a interpretação prevalente quanto ao problema do desemprego residiria no facto de as economias em causa se encontrarem a funcionar num ponto como, por exemplo, A , a um nível de salário real $(W/P)_1$. No ponto A , as empresas admitiriam somente uma quantidade de trabalho N' , que se situaria aquém do pleno-emprego, porque o salário real seria demasiadamente elevado. Vamos, de seguida, tecer algumas considerações sobre as explicações teóricas alternativas para tal facto. Antes porém, uma chamada de atenção para a crença modernamente generalizada (por exemplo, Blanchard, O. J. 1987, p. 41), de que a substituição intertemporal na oferta de trabalho não ser de maior importância na explicação das flutuações macroeconómicas e que a elasticidade da oferta de trabalho devido a variações no salário real ser relativamente pequena. Desta forma, o facto de que deslocações na procura de trabalho se deveriam traduzir mais em variações do emprego do que em

variações salariais, poderia parecer enigmática. O. J. Blanchard e N. Kiyotoki (1987, p. 663) procederiam a uma crítica sobre o modelo por eles próprios construído, com base no pressuposto do funcionamento do mercado de trabalho em concorrência monopolista, da seguinte forma:

The scope for small menu costs to lead to large output effects in our model depends critically on the elasticity of labour supply with respect to the real wage being large enough. Evidence on individual labour supply suggests however a small elasticity.

4.1 — As centrais sindicais (*labor unions*)

Aceitando-se que as centrais sindicais controlam de uma forma rigorosa a entrada de trabalhadores no mercado de trabalho poderia encontrar-se aqui a responsabilidade pela existência de taxas de desemprego elevadas e duradouras. Esta explicação de raiz clássica, baseada na utilização de modelos integrando as centrais sindicais, em particular, na sua versão baseada no relacionamento entre trabalhadores plenamente integrados no mercado de trabalho e (*insiders*) e os trabalhadores desempregados (*outsiders*), tem sido muito utilizada para explicar a persistência do desemprego, em particular, no contexto europeu.

Os *insider-outsider models* (A. Lindbeck e D. Snower, 1984 *a* e *b*, 1985 *a* e *b*, 1986 *a* e *b*, e R. Solow, 1985, viriam em certa medida, como teremos ocasião de ver, a opôr-se à teoria do salário de eficiência (*efficiency wage theory*). Nesta última hipótese, o poder do mercado de trabalho estaria no domínio das empresas e, porque elas atenderiam a relação entre salários e produtividade, poderíamos afirmar que o desemprego deveria ser entendido em termos de conflito de interesses entre as empresas e os trabalhadores desempregados. Quanto aos «modelos *insider-outsider*», pelo contrário, o desemprego involuntário surgiria de um conflito de interesses entre os *insiders* e os *outsiders*. Assim, os trabalhadores já integrados plenamente no mercado de trabalho (*insiders*) poderiam estabelecer nas suas negociações salariais remunerações acima do valor de equilíbrio de pleno emprego, em detrimento dos trabalhadores desempregados (*outsiders*), uma vez que se tornaria bastante custoso para as empresas mudarem de trabalhadores dos *insiders* para os *outsiders*. Entre os factores explicativos destes custos estariam os custos próprios de novas contratações e de despedimentos, isto é, os trabalhadores já integrados dariam uma certa garantia de experiência e habilidade que talvez os desempregados não possuissem (podendo associar-se custos de pesquisa em trabalhadores potencialmente aptos), por outro lado, despedir poderia significar indemnizações, perda de capital humano acumulado, etc.: também seriam de considerar eventuais custos derivados da não cooperação com os novos trabalhadores (reduzindo a produtividade destes) ou do estabelecimento de relações prejudiciais (não amistosas) com os trabalhadores recém admitidos (aumentando a instabilidade do trabalho destes) e, por fim, a razão porque as empresas não deveriam, compreensivelmente, substituir os seus *insiders* com salários mais elevados, por *outsiders* com

salários mais baixos, seria que o movimento da força de trabalho daí resultante, possivelmente, teria efeitos negativos sobre a moral de todos os seus empregados e, conseqüentemente, o esforço de trabalho e a produtividade diminuiriam.

Entre as políticas preconizadas pelos «modelos *insider-outsider*», destacar-se-iam entre outros a adopção de uma legislação laboral mais aberta e flexível (como por exemplo, a prática de contratos a prazo, os despedimentos temporários, leis mais flexíveis no sentido de maior liberalização do mercado de trabalho e, portanto, de uma maior capacidade empresarial de denúncia dos contratos laborais), que, presumivelmente, permitiria quebrar o controlo das centrais sindicais sobre a entrada dos trabalhadores na força de trabalho. Alternativamente, R. Layard (1986) argumentaria a favor da criação de subsídios para os trabalhadores desempregados (*unemployed outsider*) como forma de atingir aquele fim. Em qualquer dos casos, as implicações das políticas adoptadas não deixariam de ser ambíguas (a precariedade do emprego não se traduziria em factor de reforço das próprias estruturas sindicais?).

Referiremos, por último, a posição sobre o mesmo assunto, relevando o fenómeno conhecido por *hysteresis*, exposto por O. J. Blanchard e L. Summers (1986) e alguns aspectos críticos a este tipo de análise que se poderiam considerar pertinentes.

Antes de mais, poder-se-iam expôr fundamentalmente dois tipos de explicações quanto à persistência do desemprego. A primeira, afirmando que aquilo que realmente se alteraria seria a taxa de desemprego de equilíbrio (taxa natural de desemprego), e isto, devido a perturbações exógenas ou a factores de ordem estrutural — tecnologia, preferências, instituições — as quais determinariam a resposta do desemprego de equilíbrio. A segunda explicação seria a de que os mercados de trabalho se ajustariam muito lentamente em direcção ao equilíbrio de tal forma que mesmo choques temporários deveriam persistir. Ambas as explicações pareceriam ser plausíveis. Muitos dos estudos recentes sobre os elevados níveis de desemprego ter-se-iam baseado naquele primeiro tipo de explicações e teriam tentado identificar o que determinaria a «taxa natural de desemprego». Por sua vez, o segundo tipo de explicações tentaria explicar o porquê da lentidão na resposta da economia, face a choques nominais entretanto verificados na economia. As investigações empíricas focando esta segunda classe de explicações da persistência do desemprego, teriam vindo a ser processadas mais recentemente. Num importante estudo, Blanchard e Summers (1986) basear-se-iam na distinção, anteriormente referida, entre *insiders* e *outsiders* no mercado de trabalho. Aqueles autores sugeririam que qualquer nível de desemprego deveria autoperpetuar-se, porque os *insiders* sempre estabeleceriam os salários de forma a proteger os seus postos de trabalho, mas somente os seus próprios postos de trabalho. Se, por alguma razão, o desemprego fosse temporariamente acrescido então os trabalhadores desempregados perderiam o seu estatuto de *insiders* e o novo e menor grupo de *insiders* estabeleceria então, os salários, em ordem a manter *permanentemente* aquele nível mais baixo de emprego. No caso extremo onde o desempregado perdesse o seu estatuto de *insider* imediatamente, o emprego e o desemprego não deveriam dar sinais de tendência para retornar ao seu

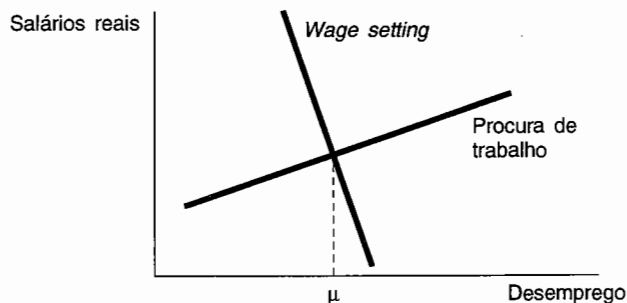
nível anterior e a taxa de desemprego deveria patentear *hysteresis*, i. e., a taxa de desemprego corrente simplesmente se tornaria na nova taxa de equilíbrio. Numa situação menos extrema, onde os desempregados não perdessem o seu estatuto de *insider* imediatamente, o desemprego revelar-se-ia significativamente persistente e levaria um longo tempo a retornar ao seu nível de equilíbrio prévio.

Para autores, como por exemplo, G. S. Alogoskoufis e A. Manning (1988), embora as taxas de desemprego pudessem revelar um grau bastante elevado de persistência em muitos países europeus relativamente aos USA, eles acreditavam que a explicação dada por Blanchard e Summers seria bastante especial. As dúvidas postas por aqueles autores, não se inferiam somente no aspecto da velocidade ao qual os trabalhadores desempregados se tornariam *outsiders*, mas também no facto de os *insiders* terem sido considerados, na sua acção sindical, como apenas se concentrando sobre as suas perspectivas de emprego. Assim, se os *insiders* também tivessem em atenção os seus salários reais, eles deveriam equacionar os seus objectivos de emprego com as suas aspirações salariais. Como refere Alogoskoufis e Manning (1988, pp. 431-432):

In a such a case, a number of other possible factors can affect the persistence of unemployment: slow adjustment in firm's hiring decisions, persistence of wage aspirations of «insiders» the tastes of wage setters for wages relative to employment, and the elasticity of labour demand: the membership dynamics explanation of unemployment persistence, is simply a special case.

Os referidos autores indicariam que, no confronto entre estas várias possíveis explicações e os dados estatísticos, relevariam como potenciais explicadores plausíveis da diferença na evolução quanto a persistência do desemprego na Europa e nos USA, as aspirações salariais e a relativa rigidez no mercado de trabalho. Mais rápidas reacções dos salários face às condições de emprego e do desemprego face aos salários reais, explicariam a mais baixa persistência do desemprego nos USA. Antes de especificarmos o modelo de Blanchard-Summers propriamente dito, atenderemos ao facto, de acordo com a análise anterior, de que geralmente as centrais sindicais seriam capazes de estabelecer unilateralmente o valor dos salários dos seus trabalhadores. Uma vez estes determinados, as empresas, por seu turno, determinariam o nível de emprego. Por causa da procura de trabalho por parte das empresas normalmente declinar (o desemprego aumentar) quando os salários reais aumentassem, como nos indica a figura abaixo, as centrais sindicais seriam confrontadas com um dilema. Elas, implicitamente, escolheriam entre maiores salários reais ou mais trabalho. Se, por qualquer motivo, a curva da procura de trabalho das empresas se deslocasse, digamos para cima, as centrais sindicais teriam perspectivas de melhorias quanto aquele dilema. Uma reacção normal deveria ser obtida: maiores salários reais menos desemprego. Esta reacção seria indicada no gráfico referido anteriormente, como sendo a curva do estabelecimento salarial (*wage-setting schedule*). O desemprego de desequilíbrio (μ) situar-se-ia na intersecção daquelas duas curvas.

A determinação do desemprego de equilíbrio



A curva de Procura de Trabalho (pelas empresas) assenta na versão corrente de que se verifica uma relação inversa entre salários reais e nível de emprego.

A curva de Estabelecimento Salarial «Wage Setting Schedule» assenta, por sua vez, na ideia de que as Centrais Sindicais possuem, muitas vezes, poder de definir unilateralmente os níveis salariais dos seus membros («insiders»). Neste caso, uma vez estabelecidos tais níveis salariais, seriam as empresas a definirem, com base na sua Curva de Procura de Trabalho, o efectivo nível de emprego da economia.

Como, normalmente, aquela procura de trabalho pelas empresas diminui (aumenta o desemprego) quando os salários reais sobem, as Centrais Sindicais defrontar-se-iam implicitamente com o seguinte dilema a cada momento: maiores salários reais ou mais emprego.

Se por qualquer motivo a procura de trabalho pelas empresas se alterasse, por exemplo, subisse, isto traduzir-se-ia por uma franca melhoria daquele dilema por parte das Centrais Sindicais.

Isto não obsta, contudo, que a cada momento, as Centrais Sindicais reajam, no sentido de tentarem obter para os seus membros (insiders) salários reais mais elevados e, simultaneamente, níveis de desemprego mais baixos. É esta postura que explica a construção teórica da chamada curva do estabelecimento salarial «Wage Setting Schedule». Tal curva revela assim um declive claramente descendente da esquerda para a direita.

O desemprego de equilíbrio (μ) seria, desta forma, obtido na intersecção daquelas duas curvas anteriormente referidas (*).

No caso de as Centrais Sindicais privilegiarem, a 100 % o emprego dos seus membros (insiders), a Curva «Wage Setting» caracterizar-se-ia, pela sua verticalidade, ao nível da taxa natural de desemprego. Este facto está subjacente ao Modelo Blanchard e Summer (1986) e a sua hipótese de «Hysteresis».

Para Alogoskoufis e Hanning (1988), uma maior aderência à realidade passaria pela consideração de que as Centrais Sindicais se preocupariam, na própria defesa dos interesses dos seus membros (insiders) pela procura de uma situação de equilíbrio entre os seus objectivos de garantia dos seus postos de trabalho e as suas aspirações salariais, mormente a defesa do seu poder de compra real.

Se as Centrais Sindicais entre aqueles dois objectivos, privilegiassem a garantia do emprego dos seus membros, então, a curva «wage setting» tornar-se-ia mais horizontal.

O grau de persistência de desemprego, ficaria, neste caso, a dever-se a maior ou menor peso relativo atribuído pelos «insiders» ao objectivo de garantia de emprego.

Se por outro lado, as centrais sindicais privilegiassem, a curto prazo a respectiva curva «Wage Setting» apresentaria a um declive relativamente menor (para dada variação de desemprego corresponderia uma variação relativamente reduzida dos salários reais). A longo prazo, a redução do desemprego, exigiria uma aposta cada vez maior, por parte das Centrais Sindicais, na vertente da garantia do emprego e a respectiva curva «wage setting» tornar-se-ia mais inclinada.

Da mesma forma que no caso anterior, o grau de persistência do desemprego terá a ver com o maior ou menor peso relativo atribuído pelos «insiders» as suas aspirações salariais.

Alogoskoufis e Hanning (1988) rejeitam, pela via empírica e estatística prosseguida, a primeira daquelas hipóteses. Em seu ver, a maior diferença entre a evolução de desemprego entre os Estados Unidos e a Europa, expressa no facto de existir um maior grau de persistência de desemprego na Europa, ficaria a dever-se, fundamentalmente, ao maior peso atribuído as aspirações salariais relativamente aos outros objectivos pelos membros das Centrais Sindicais na Europa.

A maior rapidez das reacções salariais relativamente às condições de emprego, e de emprego relativamente aos salários reais, explicariam assim, a menor persistência de desemprego na economia americana.

(*) Para uma revisão de modelos alternativos de desemprego de equilíbrio pode-se consultar:

— Johnson G. e Layard P. (1986), «The Natural Rate of Unemployment: Explanation and Policy. The Handbook of Labour Economics», North Holland.

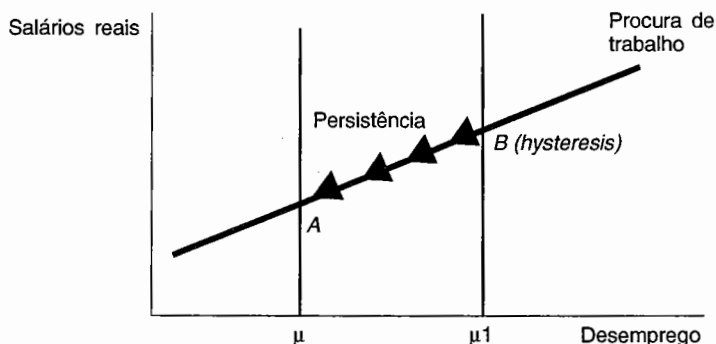
— Pissariades, C. A. (1988), «Equilibrium Unemployment Theory», Blackwell, Oxford.

— Nickell, S. J. (1984), «The modelling of Wages and Employment», Econometrics and Quantitative Economics, Blackwell, Oxford.

Passemos agora a investigar as três possíveis origens de persistência do desemprego: atitude dos membros do grupo de *insiders*, as aspirações salariais e a procura de trabalho pelas empresas.

O primeiro factor de persistência do desemprego surgiria quando as centrais sindicais estivessem unicamente interessadas na defesa do emprego dos seus membros (*insiders*). A evolução dos membros da central seria, então, uma das determinantes da evolução do emprego e do desemprego. No caso mais simples, a central estabeleceria um salário mais elevado quando isso fosse compatível com uma situação de pleno-emprego dos *insiders*: a curva do estabelecimento salarial seria vertical e situada a um nível de desemprego tal que todos os *insiders* estivessem empregados. Partindo de uma situação de desemprego de equilíbrio (ponto A da figura abaixo), um choque contraccionista (deflacionista) não antecipado causaria desemprego de forma que este passasse a situar-se em μ_1 .

O modelo de Blanchard e Summers — The case of hysteresis



O possível retorno ou não do desemprego ao seu nível inicial μ e o ritmo que tal retorno, se fosse o caso, deveria ter, mereceria atenção especial. Se todos os novos desempregados perdessem imediatamente os seus estatutos de *insiders*, a central privilegiaria a sua acção em termos de manutenção do emprego do grupo ainda considerado *insider*. A curva do estabelecimento salarial deslocar-se-ia para a direita: nos próximos tempos as reivindicações salariais deveriam estabelecer-se de forma a assegurar que somente aqueles que não perderam os seus empregos deveriam permanecer empregados. Assim, a nova taxa de desemprego corrente tornar-se-ia numa nova taxa de desemprego de equilíbrio (de longo prazo) e seria de esperar a sua manutenção no ponto B. Este seria um caso de *hysteresis* no desemprego ⁽³⁾.

⁽³⁾ Blanchard e Summers [(1986), p. 16] consideraria esta possibilidade como uma importante explicação do problema do desemprego corrente na Europa:

[...] hysteresis resulting from membership dynamics play an important role in explaining the current European depression in particular and persistent high unemployment in general. Outsiders are disenfranchized and wages are set with a view of ensuring the jobs of insiders.

O caso de *hysteresis* seria para Alogoskoufis e Manning naturalmente uma situação externa. Para aqueles autores, os objectivos de emprego das centrais não necessitariam de depender somente daqueles que estivessem presentemente empregados. Se as centrais tivessem também em atenção a população desempregada, por exemplo, se os seus objectivos de emprego fossem uma média ponderada dos empregados e dos desempregados, o desemprego deveria convergir no sentido de regresso ao seu nível de equilíbrio inicial (ponto A). A rapidez do ajustamento dependeria unicamente do peso relativo, nas negociações salariais dado aos interesses dos trabalhadores que permanecessem empregados (onde α , seria o parâmetro indicativo desse peso relativo). Quanto maior fosse α menor seria a rapidez do ajustamento e maior a persistência do desemprego. Estimativas de Blanchard e Summers (1986) sugeririam que α estaria muito perto dos 100 % para as principais países europeus e menos de 50 % para os USA.

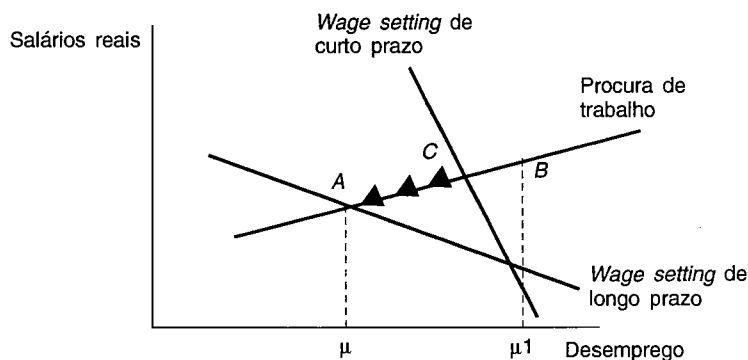
Um trabalho mais recente de R. J. Gordon (1988) realçaria o facto de que não existiria consenso sobre a importância empírica da *hysteresis* na Europa contemporânea, porém, tomaria claramente partido da hipótese apresentada por Blanchard e Summers, como disso seria prova a seguinte passagem do seu estudo (p. 298):

[...] provide new estimates that strongly support Blanchard and Summers, yielding pure hysteresis inflation equations for both post-war Europe and for the interwar States.

Pelo contrário, Alogoskoufis e Manning (1988) criticariam a importância excessiva dada ao fenómeno do *hysteresis*, considerando-o um caso meramente especial, na medida em que o principal pressuposto seria o de que as centrais se concentrariam apenas no emprego dos seus membros que se mantivessem empregues (a curva do estabelecimento salarial seria vertical) e teria como principal implicação o facto de que a persistência do desemprego dependeria somente de α , a persistência nos objectivos de emprego dos *insiders* por parte das centrais. Contudo, para aqueles autores, as centrais na sua acção centralizariam a sua acção tanto no emprego como nos salários reais dos seus membros, derivando daí a consequência de que um conjunto de outros parâmetros poderiam afectar a persistência do desemprego. A figura abaixo indica-nos uma situação, onde as centrais atenderiam tanto aos salários reais como ao emprego e, desta forma, a curva do estabelecimento salarial teria uma inclinação negativa. Como anteriormente, partindo-se de uma situação de equilíbrio inicial no ponto A e face a um choque adverso, a procura de trabalho passaria a situar-se no ponto B. Este facto deveria causar, de seguida, uma deslocação para cima da curva do estabelecimento salarial e, na ausência de choques futuros, o desemprego deveria ser maior do que no equilíbrio original (ponto C), porém, menor do que o desemprego imediatamente depois do choque. Isto aconteceria mesmo que os membros do grupo de *insiders* atendessem unicamente ao emprego ($\alpha = 100\%$), porque agora as centrais sindicais trocariam salários reais por emprego. O desemprego deveria gradualmente convergir para o valor de equilíbrio μ , onde a curva do estabelecimento

salarial de longo prazo deveria ser menos inclinada do que a de curto prazo. *Hysteresis* não ocorreria em quaisquer circunstâncias, embora o desemprego pudesse exibir persistência. O retorno ao ponto A deveria ser tanto mais lento quanto mais *insiders* pressionassem as centrais no sentido da defesa das suas posições (α próximo de 100%), quanto mais inclinada fosse a curva da procura de trabalho (menos elástica fosse a procura de trabalho), e, mais centrais sindicais atendessem aos salários reais relativamente ao emprego.

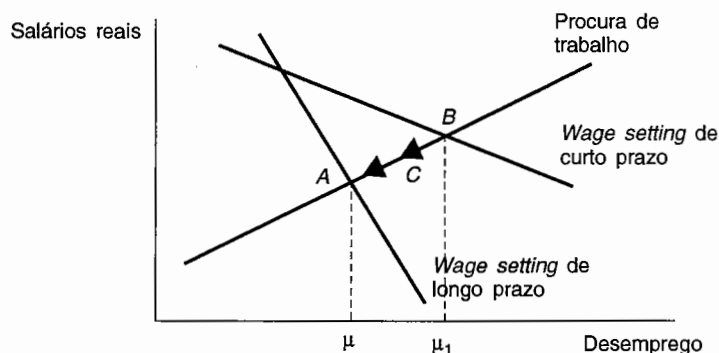
A dinâmica do desemprego quando as centrais sindicais privilegiam o emprego dos seus membros (*insiders*)



O segundo factor de persistência que se poderia considerar seriam as «aspirações salariais». Este aspecto caracterizar-se-ia pela sua independência face aos membros do grupo dos *insiders* e resultaria do facto de as centrais sindicais poderem desenvolver «aspirações salariais», em circunstâncias por vezes nada propícias, como seja o caso da ocorrência de perturbações adversas na produtividade, ou por o crescimento passado em termos de *performance* ter chegado ao fim ou, ainda, por os benefícios de bem estar fazerem aumentar as expectativas e as procuras dos trabalhadores. O efeito das «aspirações do salário real» com inércia significaria que a curva do estabelecimento salarial seria menos inclinada a curto prazo do que a longo prazo: um dado acréscimo no desemprego teria inicialmente um limitado efeito sobre os salários reais, porém, este efeito aumentaria ao longo do tempo. A figura abaixo mostra-nos como um choque negativo, não esperado, na economia, a conduziria do ponto A para o ponto B, e que na ausência de choques posteriores isso implicaria que o desemprego e os salários reais fossem, no próximo período, mais baixos do que os imediatamente obtidos após o choque (ponto C). Haveria, assim, um processo de ajustamento gradual para baixo ao longo da curva da procura de trabalho, com a curva do estabelecimento salarial de curto prazo gradualmente a deslocar-se em direcção à sua posição de longo prazo. Se representássemos o coeficiente de persistência das «aspirações salariais» por β , onde este

coeficiente medisse o peso relativo atribuído ao salário real desfasado na formação das «aspirações do salário real» corrente, então ele seria visto como a diferença entre as curvas de curto prazo e de longo prazo do estabelecimento salarial.

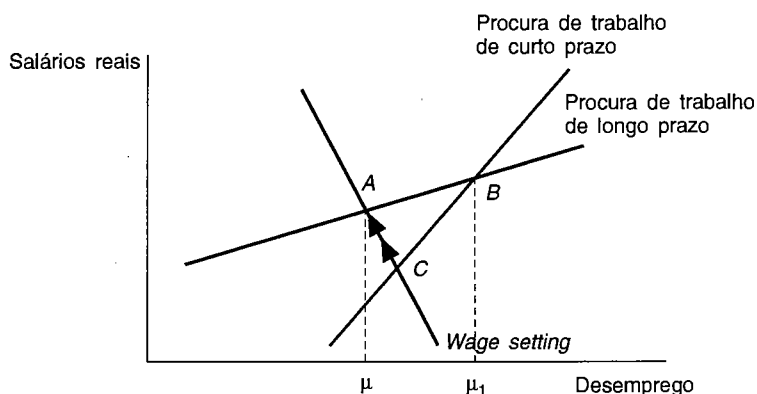
A dinâmica do desemprego quando as centrais sindicais privilegiam as aspirações salariais dos seus membros (*insiders*)



A persistência do desemprego dependeria, naturalmente, da persistência das «aspirações dos salários reais». Porém deveria, de acordo com Alogoskoufis e Manning, também estar relacionado com outros factores. Assim, a persistência deveria ser mais elevada quanto mais inclinada fosse a curva de procura de trabalho, dado que as empresas seriam menos sensíveis às alterações salariais e exerceriam menos pressão em ordem a se gerar menos desemprego. De forma idêntica, a persistência deveria ser tanto maior quanto mais acentuada fosse o peso relativo atribuído pelos *insiders* aos salários em detrimento do emprego. De uma forma geral, o desemprego não deveria apresentar *hysteresis* mesmo que β fosse igual a 100 %, porque, mesmo que os trabalhadores aspirassem manter o salário em vigor antes da verificação do choque, as variações no desemprego deveriam implicar que as centrais sindicais desejassem «trocar» salários reais por desemprego.

Finalmente, como última justificação, teríamos o papel desempenhado pela procura de trabalho como outro factor de persistência e relacionar-se-ia com os motivos pelo qual as decisões de emprego pelas empresas dependeriam do emprego passado. O mais simples argumento utilizado seria o do custo de ajustamento. Se fosse custoso admitir e despedir trabalhadores, então, o emprego corrente deveria depender do emprego passado. Outras explicações concentrar-se-iam nas habilidades dos trabalhadores requeridos por empresas específicas, as quais dependeriam do emprego passado, assim como factores institucionais, tais como as possíveis restrições legais do despedimento. O efeito de persistência na procura de trabalho poderia ser indicada graficamente abaixo, onde a curva de trabalho seria mais inclinada (menos elástica no curto prazo do que no longo prazo).

A dinâmica do desemprego devido ao comportamento da procura de trabalho pelas empresas



Como se procedeu na análise anterior, o equilíbrio inicial em μ seria perturbado por um choque contraccionista não antecipado, e o desemprego e o salário real subiriam. Na ausência de choques posteriores, o equilíbrio de curto prazo no próximo período estaria na intersecção da nova curva de procura de trabalho de curto prazo com a curva do estabelecimento salarial. Ao longo do tempo, a curva de procura de trabalho de curto prazo deslocar-se-ia para a esquerda, com o desemprego gradualmente diminuindo e os salários reais aumentando em direcção ao seu equilíbrio inicial. A persistência do desemprego dependeria positivamente da persistência da procura de trabalho (γ), a qual seria indicada pela diferença entre as curvas de trabalho de curto e de longo prazo. A persistência seria também tanto maior quanto mais inclinada fosse a curva de trabalho de curto prazo e quanto menor fosse o peso relativo atribuído pelas centrais sindicais aos salários em detrimento do emprego. Como referiria Alogoskoufis e Manning (1988, p. 438) em termos de conclusão principal:

In general, even if γ is equal to 100%, unemployment will not display hysteresis and will converge to its equilibrium rate. The reason is again that unions always wish to trade off real wages for unemployment.

4.2 — As teorias do salário de eficiência (*efficiency wage theories*)

Por fim, a investigação teria vindo também a centralizar-se nos designados modelos do salário de eficiência, em que se pressuponha que o salário real deveria afectar directamente a produtividade marginal do trabalho. O problema que estas teorias procurariam responder seria a da razão porque os salários não surgiriam totalmente flexíveis no mercado do trabalho, em ordem a estabelecer o equilíbrio com pleno emprego, como aconteceria numa situação onde se verificasse a existência de desemprego. Desta forma, as «teorias do salário de eficiência» pretenderiam explicar por que é que os salários excederem o seu valor do equilíbrio de pleno emprego, ou alternativamente,

procurariam estabelecer o porquê de poder acontecer desemprego involuntário. Assim, as teorias do salário de eficiência argumentariam que os salários, em tais circunstâncias, não seriam reduzidos, sob pena de, se assim acontecesse também o lucro das empresas sofreriam apreciáveis reduções.

Formalizando a ideia do funcionamento do mercado de trabalho com base nas «teorias do salário de eficiência» e em ordem a verificar, em particular, a possível existência do fenómeno de persistência de desemprego involuntário, consideraremos o seguinte exemplo de Solow (1979) que, por sua vez, seria posteriormente referenciado em J. M. Malcomson (1981), J. Yellen (1984 e 1988) e L. F. Katz (1986), entre outros. Iremos, desta forma, assumir que o *output* produzido pelas empresas, utilizando cada uma delas uma unidade de capital, no curto prazo, seria uma função das unidades de eficiência do trabalho, as quais seriam determinadas pelo produto do número de empregados pelo esforço dispendido por trabalhador, de tal forma que $Q = af(e(w)L$, onde e representaria o nível de esforço (ou de eficiência) de um trabalhador, L seria o número de empregados, w seria o salário real, a seria, por exemplo, um parâmetro representativo das alterações da produtividade (Katz, L., 1986, p. 238) (ou, poderia aquele parâmetro ser interpretado, como uma variação do preço relativo com que a empresa se poderia confrontar no mercado segundo Blanchard O. J. 1987, p. 43), e Q representaria o *output*. Por sua vez, iremos considerar que todos os trabalhadores possuiriam idênticas relações salário-produtividade, expressas por $e(w)$ com $e'(w) > 0$ (i. e., o esforço seria uma função crescente do salário real w), $e(0) < 0$, e a elasticidade de $e(w)$ relativamente a w seria decrescente com w . Uma empresa maximizadora de lucros deveria ser capaz de admitir todo o trabalho que ela desejasse ao nível salarial que ela escolhesse para oferecer, resolvendo o seguinte problema de maximização dos seus lucros: $\max_{w,L} aF(e(w).L) - w.L$ (Malcomson, J. M., 1981, p. 848).

A resolução deste problema passaria pelas seguintes expressões: 1) $[e'(w).w/e(w)=1]$, i. e., a minimização dos custos do trabalho por unidade de eficiência, na expressão de Yellen (1984, p. 200), seria obtida pela determinação de um nível de salário real de eficiência tal que «[...] satisfies the condition that the elasticity of effort with respect to the wage is unity», e 2) $[e(w).a.F'(e(w).L)=w]$, i. e., com o salário estabelecido em w , a empresa deveria procurar, em termos óptimos, o factor trabalho L , que, de acordo com a análise de Akerlof e Yellen (1988, p. 45), seria «[...] up to the point where the marginal revenue product of labor equals the wage, w ».

Aconteceria então, que se o nível determinado de w fosse tal que a procura agregada de trabalho estivesse aquém da oferta agregada de trabalho, o equilíbrio neste caso engendraria desemprego involuntário. Os trabalhadores desempregados deveriam preferir trabalhar ao salário w , mais do que estarem desempregados, porém, as empresas não teriam incentivos a admitirem mais trabalhadores ao nível do salário de eficiência dado ou a níveis salariais inferiores. Assim, a hipótese em estudo poderia explicar o desemprego involuntário de equilíbrio, bem como, no exemplo presente, a completa rigidez do salário real. Uma alteração no parâmetro a (devido a variações no preço relativo da empresa ou devido a choques de produtividade) não teria efeito sobre o salário real pago pelas empresas, esgotando-se a sua acção totalmente sobre o emprego. Estabelecida formalmente a hipótese do salário de eficiência, dever-se-ia

responder à questão do porquê de a produtividade do trabalho depender do salário real pago pelas empresas (i. e., dever-se-iam estabelecer os fundamentos microeconómicos do modelo do salário de eficiência). Nesse sentido, de seguida, faremos alusão a alguns dos aspectos mais relevantes do referido esforço de investigação.

Desde já, destacaremos as designadas teorias sociológicas. Assim, por exemplo, em R. Solow (1979 e 1980) estaria subjacente a ideia de que teria interesse, para as empresas, pagar acima dos salários que se estabeleceriam ao nível do equilíbrio de pleno emprego no mercado do trabalho, de forma a garantirem a lealdade da sua força de trabalho. Haveria assim como que um hábito social adquirido de que os salários não sofreriam reduções, mesmo face à existência de desemprego. Desta forma, as teorias sociológicas seriam construídas na base dos efeitos adversos que a redução salarial exerceria sobre a moral e, conseqüentemente, sobre o *output*. Este facto seria, assim, susceptível de explicar quer a rigidez dos salários nominais quer a rigidez dos salários reais. Uma explicação para tal facto, poder-se-ia encontrar no papel desempenhado pelos salários relativos na afectação da moral e, desta forma, a rigidez salarial seria resultado da dificuldade de coordenação das reduções salariais no âmbito de todas as empresas que se apresentariam descentralizadas. Cite-se a propósito do papel da moral e da lealdade no contexto da «teoria do salário de eficiência», a seguinte passagem de Solow (1979, p. 80):

An employer who did try to induce wage-cutting in a buyer's market might find that the short-run gain was more than offset by hidden longer-run costs. Bad morale may lead to lower productivity or even to carelessness verging on sabotage. A reputation as a lousy employer will carry over to tighter labor market conditions and lead to adverse selection in recruiting and perhaps even worse productivity performance.

Este tipo de explicação para o *efficiency wage* seria objecto de desenvolvimentos posteriores, destacando-se os enfatizados por G. A. Akerlof (1982 e 1984) que, no essencial, seriam modelos baseados no estudo do comportamento dos «clientes» no mercado efectuado por A. Okun (1981) e onde o argumento seria simplesmente o de que os trabalhadores formariam «normas» salariais, de tal forma que reduziriam drasticamente o seu esforço de trabalho caso os salários descessem abaixo daquela «norma». Como no caso da lealdade referido anteriormente, uma questão poder-se-ia levantar sobre os factores determinantes daquelas «normas», dado que elas claramente evoluíram ao longo do tempo, não sendo de menosprezar entre outros factores e, em primeiro lugar, a apreciação que os trabalhadores fizessem sobre a justeza dos seus salários (*fair wage*), quando confrontados com o tratamento dispensado a outros grupos de trabalhadores de características similares e, em segundo lugar, o facto de as «normas» geralmente terem a tendência a aumentar quando se verificassem acréscimos de produtividade (o salário considerado justo pelos trabalhadores dependeria do esforço que eles dispenderiam relativamente às regras de trabalho normais).

No modelo sociológico, assente numa perspectiva microeconómica do mercado de trabalho, Akerlof (1982) explicaria que nas suas interacções os trabalhadores adquiririam sentimentos de solidariedade entre si e, também, para com a empresa. Como consequência desse sentimento para com a empresa, os trabalhadores obteriam utilidade na troca de ofertas (*gifts*) com essa mesma empresa — a quantidade de utilidade dependeria exactamente das «normas» estabelecidas pelos trabalhadores. Quanto às consequências dos sentimentos de solidariedade entre os trabalhadores, a empresa deveria negociar de uma forma não individual, mas sim através da negociação colectiva com os trabalhadores apresentando «normas» comuns.

Para além dos modelos de tipo sociológico, assinalados anteriormente, haveria que fazer referência a um outro tipo de modelo do «salário de eficiência», assente na ideia de que as empresas só poderiam controlar o esforço de trabalho de uma forma imperfeita, de forma que desejariam pagar aos seus trabalhadores salários acima do seu nível de equilíbrio de pleno emprego, a fim de assegurar que eles trabalhassem mais arduamente de modo a evitarem ser despedidos dos seus «bons» empregos. Os trabalhadores que fossem surpreendidos a «esquivar-se» ao trabalho (*shirking*), seriam penalizados através do despedimento e de um eventual novo emprego a níveis salariais inferiores. Seria esta a explicação que de um modo geral se poderia encontrar no modelo estudado por C. Shapiro e J. Stiglitz (1984) e também referenciado em J. Yellen (1984) e L. F. Katz (1986).

Assim, na perspectiva de Shapiro e Stiglitz, existiriam determinados sectores económicos que somente poderiam controlar de forma incompleta a acção dos seus trabalhadores e, desta forma, os trabalhadores deveriam fazer uma escolha discreta entre trabalhar ou «esquivar-se» ao trabalho. Assumindo que os trabalhadores e as empresas fossem homogéneas, então, se todas as empresas remunerassem de forma igual os seus trabalhadores com base no nível de salário de equilíbrio de pleno emprego, dever-se-ia verificar a existência de pleno emprego e não haveria custos para o acto de «se esquivar» a trabalhar, desde que os trabalhadores despedidos pudessem imediatamente encontrar outro emprego ao mesmo nível salarial. Se, desta forma, o esforço de trabalho pudesse ser considerado oneroso, todos os trabalhadores «se esquivariam», sob estas condições de pleno-emprego. As empresas estariam assim interessadas em aumentar os seus salários em ordem a eliminar o fenómeno de *shirking*.

Na formalização da hipótese do salário de eficiência, anteriormente descrito, e baseado em Solow (1979), considerava-se que o esforço de trabalho dependeria unicamente do nível absoluto do salário real. Não seria este, contudo, o entendimento dado pelo *shirking model*, onde o esforço dispendido seria, em vez disso, função positiva do salário pago pela empresa, relativamente ao nível salarial agregado corrente e seria também positivamente relacionado com o nível de desemprego. Então, para induzir a que os seus trabalhadores não se «esquivassem», a empresa deveria pagar mais do que o salário corrente. Por outro lado, se todas as empresas aumentassem os seus salários, o incentivo para os trabalhadores não se «esquivarem» poderia parecer que pura e simplesmente desapareceria. Porém, em equilíbrio, quando tal sucedesse, a redução da procura de trabalho advinda da subida generalizada do salário acima do seu nível de equilíbrio de pleno-emprego, acarreteria em maiores níveis de

desemprego. Nesta circunstância, mesmo que as empresas pagassem salários iguais inflacionados, para o trabalhador não haveria incentivo a «esquivar-se». Isto porque, face ao risco de ser apanhado em desleixo, isto lhe poderia custar uma situação nada desejada de desemprego (numa situação em que a taxa de desemprego de equilíbrio seria relativamente elevada, e, desta forma, a perda do emprego poderia envolver um longo período de espera até que se conseguisse novo emprego). O exército de reserva de desempregados actuaria, assim, como uma estratégia disciplinadora (*discipline device* usando a terminologia de Shapino e Stiglitz), tornando o acto de «esquivar-se» bastante custoso para o trabalhador. De encontro a esta linha de raciocínio, estaria o argumento exposto por Shapino e Stiglitz (1984, p. 433):

When they all (firms) raise their wages, the incentive not to shirk again disappears. But as all firms raise their wages, their demand for labor decreases, and unemployment results. With unemployment, even if all firms pay the same wages, a worker has an incentive not to shirk. For, if he is fired, an individual will not immediately obtain another job. The equilibrium unemployment rate must be sufficiently large that it pays workers to work rather to take the risk of being caught shirking⁽⁴⁾.

A possibilidade deste *dual labor markets* gerar desemprego dependeria da dimensão relativa do mercado secundário; certamente seria possível gerar desemprego persistente num *dual labor markets*, se os trabalhadores desejassem trabalhar no mercado primário, mas não no mercado secundário (Hall, R. 1975).

Atenda-se também ao facto da ligação entre salários e produtividade ser mais importante no mercado primário do que no mercado secundário. Neste último, funcionariam regras de um mercado competitivo, enquanto no primeiro, como vimos, e devido a dificuldades de controlo daquelas actividades, as empresas estabeleceriam salários superiores ao de equilíbrio no mercado.

No modelo em estudo, o salário de eficiência deveria ser estabelecido como um diferencial acima do salário do mercado secundário. Desta forma, como vimos, poder-se-ia justificar a existência de desemprego involuntário, apesar dos mecanismos reguladores do mercado secundário. Uma redução dos salários de eficiência face ao desemprego poderia não estimular aqueles que se encontram desempregados com o objectivo de conseguirem emprego no mercado primário e, desta forma, empregarem-se no mercado secundário. Porém, como sabemos, este facto afectaria negativamente a relação salário-productividade no mercado primário com as consequentes perdas de lucro no sector.

(4) O *shirking model* permitiria também uma explicação plausível para a existência na economia de dois tipos diferentes de sectores (*dual labour markets*). Por um lado, teríamos as tarefas primárias cujos salários seriam mais elevados, i. e., aquele sector que seria mais desejado, susceptível de remuneração acima do salário de equilíbrio de pleno emprego, e como tal de mais difícil entrada; por outro lado, teríamos as tarefas secundárias, em que a hipótese de os trabalhadores se «esquivarem» seria muito mais difícil (v., a título de exemplo, o que sucederia com a actividade de motoristas de táxis, cujo controle de actividade seria bastante mais amplo). Desta forma, as actividades secundárias seriam menos desejadas e ao mesmo tempo de mais fácil acesso.

Restar-nos-ia apenas acrescentar que numa economia onde os salários de eficiência estivessem ausentes e que operasse em pleno emprego variações na procura agregada deveriam reflectir-se somente em termos de alterações nos salários; porém, em modelos que integrassem os salários de eficiência, dever-se-iam experimentar movimentos, tanto nos salários como no emprego. As flutuações no emprego deveriam ser maiores e as flutuações nos salários menores sob salários de eficiência do que sob concorrência perfeita. Por outro lado e de acordo com B. Greenwald e J. E. Stiglitz (1987, p. 10):

The efficiency wage, the wage that maximizes the firm's profits, may of course vary with economic circumstances.

Daí que os salários não devessem ser considerados como absolutamente rígidos, como aconteceria no modelo de «salário de eficiência» expresso por Solow (1979). Contudo, também não necessitariam de diminuir a níveis de *market clearing*. Esta abordagem iria de encontro aos estudos empíricos realizados por autores como, por exemplo, P. T. Geary e T. Kennan (1982) e M. J. Bils (1985), onde os salários reais se revelariam ao longo do ciclo como acíclicos ou ligeiramente procíclicos. Com base no *shirking model* de Shapiro e Stiglitz (1984), poder-se-ia compreender tal facto, i. e., o de ser plausível coexistirem pequenas flutuações nos salários reais e variações mais significativas ao nível do emprego, do que na hipótese de vigorar o mercado em concorrência perfeita (Blanchard, 1987a, p. 44). A razão deste argumento seria exposta, de forma clara nas seguintes palavras de L. Ball e D. Romer (1987d, p. 32):

[...] when unemployment is high, workers are fearful of being fired, and so firms can reduce wages without inducing shirking.

5 — Conclusões gerais

O presente panorama quanto à evolução da economia mundial caracteriza-se, em particular, pela verificação generalizada da existência tanto de recessão económica como de taxas de desemprego relativamente elevadas e duradouras. Estes aspectos, porém assumem significado especial, pela sua grandeza e gravidade no contexto da Comunidade Económica Europeia, mormente, quando confrontada com idênticos fenómenos nas economias americana e japonesa, economias suas concorrentes directas na conquista dos mercados mundiais.

Neste sentido, dois aspectos suscitam a curiosidade e a necessidade da devida explicação teórica que permita a adopção de medidas adequadas ao nível da intervenção económica: 1) as razões que conduzem a que a «crise» seja mais acentuada e grave na Europa do que o verificado nos USA e Japão, em especial, porque para um crescimento negativo previsto para a CE em 1993, correspondem taxas de crescimento positivas previstas de 2 % naqueles dois outros países; 2) que razões explicam que a CE crie menos emprego que os seus principais parceiros económicos internacionais mesmo em períodos de forte crescimento económico. Assim, de acordo com dados da Comissão Europeia, entre 1983 e 1990, e para uma taxa de crescimento

idêntica, os USA criaram 2,5 % de empregos adicionais, enquanto que a Comunidade apenas gerou 0,8 %.

O exposto vem em certa medida justificar o crescente interesse dos analistas e políticos, para a necessidade de compreensão dos fenómenos económicos actuais, bem como da necessidade de se traçar quadros coerentes de políticas económicas que visem, por um lado, a perspectiva de retoma da actividade económica geral e, por outro lado, possam combater com oportunidade e eficácia os crescentes níveis de desemprego entretanto verificados na Europa.

Uma das principais vias exploradas na tentativa de compreensão teórica do fenómeno do desemprego e da instabilidade macroeconómica prende-se com o aprofundamento do estudo dos próprios mecanismos de funcionamento do mercado do trabalho. A existência, por qualquer motivo, de fenómenos de «rigidez» laboral de ausência de um grau aceitável de flexibilização do mercado laboral (quer seja, como referem os pensadores «liberais» devido à acção sindical e ao facto de os salários reais estarem acima do nível que garantiria o pleno emprego, quer seja, como referem os pensadores de índole «keynesiana», devido à existência de «salários de eficiência», directamente relacionados com a própria produtividade das empresas e que explicariam a existência para o sector «primário» da economia de salários reais mais elevados do que o verificado no segmento «secundário»). Seria de molde a explicar o fenómeno da emergência de desemprego involuntário generalizado e da consequente instabilidade macroeconómica daí derivada. Estes aspectos teriam a ver com a realidade da economia actual.

Em termos práticos, e a propósito, a Comissão Europeia apontou recentemente que na Comunidade e no presente ano, o nível de desemprego possa atingir a cifra bastante alta de 20 milhões de desempregados, o que corresponderia a uma taxa aproximada de desemprego na ordem dos 12 % da sua população activa.

No mesmo período e confirmando as expectativas necessárias, a mencionada previsão aponta também para um crescimento negativo do PIB no conjunto comunitário, na ordem dos 0,5 %. A economia portuguesa, dada a sua característica de pequena economia aberta, altamente sensível às alterações conjunturais da economia mundial, em particular no que concerne à CE, onde se encontram os seus principais parceiros comerciais, não poderia deixar de sentir naturalmente os efeitos gerais da conjuntura económica mundial, e em especial, aquela que caracteriza nesse momento a Comunidade de que é membro efectivo. Nesse contexto, o crescimento económico português, expresso pela taxa de crescimento do PIB que na década de 80 se situou na casa dos 4,5 %, isto é, um ponto percentual acima do crescimento económico da Comunidade no seu conjunto, tem vindo a revelar actualmente uma significativa inversão em tal processo, que se traduziu, por exemplo, no ano de 1992 em um acréscimo do PIB de apenas 1,1 %. Reforçando essa tendência, as previsões gerais apontam para um crescimento nulo (ou mesmo negativo) em Portugal e para 1993. Do exposto, resulta notoriamente a ideia de que o objectivo prioritário de «convergência real» entre a economia portuguesa e os restantes parceiros da CE, na busca da construção do mercado único e da união económica e monetária (UEM) tem sofrido, nos últimos anos, acentuado revezes.

Poder-se-ia também, a propósito, pôr a questão da oportunidade e da eficácia das políticas macroeconómicas: monetária, fiscal e cambial entretanto implementadas pelas autoridades portuguesas, nos anos mais recentes e a sua possível contribuição para tal cenário pouco favorável.

A Comissão Europeia, com oportunidade, constata que a desaceleração do ritmo de crescimento económico em Portugal está a ser muito mais rápido do que no conjunto da Comunidade. Os resultados de 1992 deixam pressupor que, a partir do início do segundo semestre, a evolução em Portugal passou a ser mais desfavorável do que a média na CE. É isso que demonstram não só os números globais do PIB, como, simultaneamente, o forte e súbito aumento do desemprego (4,5 % no ano de 1992 e 5,1 % para o 1.º trimestre de 1993). A tal facto não será estranho as indicações existentes quanto a acentuada quebra das exportações portuguesas, nos tempos mais recentes, fruto, essencialmente, da acentuada perda de competitividade externa da economia portuguesa.

Outro aspecto revelador das actuais dificuldades da economia comunitária (e portuguesa), e que, em certa medida, põe em causa critérios de competência «nominal» estabelecidos pelo Tratado de Maastricht, é o de se verificarem ainda elevados défices orçamentais, na ordem de, respectivamente, 6,25 % e 5,75 % do PIB para a CE e para Portugal.

Constata-se, também, a eleição, na prática, com objectivo primeiro atingir pela economia portuguesa, o objectivo de convergência «nominal» por parte das autoridades portuguesas e no quadro da construção da UEM. Tal facto tem vindo a traduzir-se, essencialmente, pela adopção de práticas monetárias altamente restritivas (com a conseqüente verificação de elevadas taxas de juro na economia portuguesa, bem como pela adopção de políticas cambiais «agressivas», no sentido de opção, pela política do escudo «forte» e assim, pelo prosseguimento rigoroso do controlo inflacionário no quadro da integração de Portugal no Sistema Monetário Europeu (SME).

A adopção de tais políticas, tem merecido sérias reservas para alguns analistas, em particular pelo seu efeito negativo sobre a economia portuguesa, sob o ponto de vista da criação de crescentes dificuldades às empresas e sectores produtivos internos, devido principalmente a substanciais perdas de competitividade externa da produção nacional em geral e a elevação dos níveis de desemprego em Portugal na actualidade.

Poder-se-ia afirmar, nesta linha de raciocínio, que a adopção das referidas políticas macroeconómicas de carácter restritivo, pelas autoridades portuguesas sem uma necessária adequação e moderação, no sentido da flexibilização dos critérios adoptados e impostos pelo Tratado de Maastricht, se bem que favorável numa perspectiva do abrandamento da inflação em Portugal (que, na prática, têm vindo a seguir a ser prosseguida, fundamentalmente, via inflação importada), tem, contudo, como reverso penoso da medalha reflexos altamente negativos quanto à necessidade de aproximação de Portugal, em termos reais, com a Comunidade, no seu conjunto, bem como nas suas conseqüências substancialmente gravosas e nas esferas económica e social, em que se destaca como vimos, a recessão económica, o aumento do desemprego, a cada vez maior precariedade do emprego, o aumento do fenómeno de exclusão social, etc.

É neste quadro que as previsões da Comunidade Europeia apontam para o corrente ano taxas de inflação em desaceleração no conjunto da CE (4,25 % nesta última contra 6,75 % para Portugal), bem como taxas de desemprego, na ordem dos 12 % da população activa da Comunidade (6 % no caso português mas com tendência para o seu agravamento ao longo do ano de 1994).

Em termos do debate teórico que temos vindo a referir no presente trabalho, sublinhe-se, a propósito, que as correntes de pensamento económico de inspiração «liberal» têm vindo a convergir, no sentido de atribuírem «culpas» para a verificação de situações de desequilíbrio no mercado do trabalho e no domínio económico global, à emergência de fenómenos de «rigidez» laboral, isto é, a existência de um grau de flexibilidade do mercado laboral não adequado ao objectivo de funcionamento económico global a pleno emprego. Entre os factores explicativos de «rigidez» de mercado do trabalho ressaltam, entre outros, os seguintes: custos excessivos dos processos de contratação e despedimento de trabalhadores, existência de salário mínimo garantido, falta de flexibilidade de contratos e horários laborais, existência de «monopólios» sindicais, etc.

De acordo com a referida filosofia «liberal», se a Comunidade pretendesse aumentar o número de postos de trabalho, combatendo o desemprego e relançando a actividade económica, deveria prosseguir essencialmente acções no sentido do não intervencionismo estatal, a todos os níveis (apostados que estão no comércio livre), de que seriam expressão fundamental os cortes nos esquemas de segurança e protecção social (o que poria, obviamente, em causa os direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores europeus, expressos na Carta Social Europeia e no modelo europeu de protecção social).

Apostar-se-ia, de acordo com os seus mentores, em uma «solução à americana», baseada no modelo do *fast food*, da redução dos encargos sociais do trabalho, dos subsídios de desemprego e da assistência social em geral. Apostar-se-ia, nesse sentido, essencialmente em esquemas privados de segurança social. Em geral, a opção preconizada pelos «liberais» seria baseada no lema «mais emprego por menores salários», por ganhos de competitividade por parte das empresas europeias face aos países que produzem com menores custos sociais.

Tal perspectiva de índole «liberal» tem vindo, naturalmente, a conhecer adversários que levantam sérias reservas tanto a nível da adequação do conhecimento teórico dos mecanismos de funcionamento da economia de mercado, como das principais implicações de ordem económica e social que daí advêm. Neste sentido, dá-se maior ênfase ao aspecto dos não automatismos inerentes ao funcionamento do mercado e a necessidade da adopção de políticas económicas activas ou discricionárias, sobretudo as de ordem monetária, fiscal e cambial visando a estabilização macroeconómica e o combate ao desemprego (aspectos que passarão, também, a médio e longo prazos, por estratégias de políticas altamente voltadas para a inovação tecnológica e reconversão do tecido produtivo da economia em geral).

Para os críticos dos «liberais», estes últimos preconizam medidas apelativas de valores que vão directamente contra os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores europeus, contra a solidariedade social que deve existir nas modernas sociedades e a favor de um sistema voltado para a maximização de

lucros como fim em si mesma. A própria experiência recente americana, baseada naquilo que se designa «Reagannomics», isto é, pela intervenção económica do lado da oferta agregada (*supply shocks*), traduziu-se, na prática, geralmente reconhecida, de reduções drásticas nos esquemas de assistência e protecção social, que segundo os seus mentores seriam condição *sine qua non* para a redução do desemprego, o estímulo a produtividade e por consequência ao aumento da produção global.

Ora, todas estas medidas, visando, em última instância, o aumento da flexibilidade do mercado laboral, acarretaram, como a própria realidade presente dos USA nos sugere, em vez de um crescimento económico substancial, o surgimento e agravamento da recessão económica, a elevação do desemprego, a subida dos défices e finalmente o aumento considerável da faixa populacional situada ao nível da exclusão social.

Do exposto, e ao contrário dos pensadores «liberais», procura-se com intensidade uma solução para os problemas europeus actuais, sem recurso a quaisquer «soluções à americana» que viriam esbarrar com muita da realidade e culturas europeias. Se assim não fosse, pôr-se-ia indubitavelmente, em causa a Carta Social Europeia, de elevada importância para a defesa e protecção dos direitos adquiridos pelos trabalhadores europeus para uma maior solidariedade social ao nível comunitário.

Em tal lógica, a problemática em questão poderia ser enfrentada, num plano conjuntural, pela não adopção de políticas sobre a procura agregada (em particular, quanto à política monetária) demasiado restritivas, de forma, a que se possa, em termos de algum equilíbrio, conciliar os objectivos prioritários da economia portuguesa, face à construção da UEM Europeia, que são a convergência real e a convergência nominal relativamente à CE no seu conjunto.

A médio e longo prazos a problemática da instabilidade macroeconómica e do desemprego deverá passar, não por derrogações dos direitos sociais adquiridos, mas sim por um esforço concertado dos países membros da Comunidade, na busca de um conjunto de orientações e do estabelecimento de um plano de trabalho coerente e adequado que definisse claramente uma estratégia estrutural susceptível de insuflar um novo fôlego à economia europeia.

Na base desta linha de acção, dever-se-ia proceder à definição de uma verdadeira política industrial comunitária (que tenha em atenção os novos aspectos da realidade económica mundial tais como: inovação tecnológica, globalização da economia mundial e realocização de sectores inteiros no novo contexto internacional), a par de medidas de redução e alívio dos encargos fiscais ligados ao trabalho que pesam sobre as empresas e não sobre reduções mais ou menos drásticas sobre os encargos com a previdência social, como preconizam insistentemente os pensadores de índole «liberal». Tal procedimento abriria espaço para aumentos de competitividade externa da economia comunitária, em particular no seu confronto com as potências económicas suas concorrentes nos mercados mundiais.

BIBLIOGRAFIA

- AKERLOF, G. A., «Labour Contracts as Partial Gift Exchange», *Quarterly Journal of Economics*, 97, November 1982, pp. 543–69.
- , «Gift Exchange and Efficiency Wage Theory: Four Views», *American Economic Review Proceedings*, 74(2), May 1984, pp. 79–83.
- AKERLOF, G. A., e YELLEN, J. L., «Fairness and Unemployment», *American Economic Review*, 78(2), May 1988, pp. 44–48.
- ALOGOSKOUFIS, G. S., e MANNING, A., «On the Persistence of Unemployment», *Economic Policy*, October 1988, pp. 428–469.
- BALL, L., MANKIW, N. G., e ROMER, D., «The New Keynesian Economics and the Output-Inflation Trade-Off», *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 1988, pp. 1–65.
- BARRO, R. J., «Long-Term Contracting, Sticky Prices, and Monetary Policy», *Journal of Monetary Economics*, 3 (3), July 1977, pp. 305–316.
- BILS, M. J., «Real Wages Over the Business Cycle: Evidence from Panel Data», *Journal of Political Economy*, 93(4), August 1985, pp. 666–689.
- BLANCHARD, O. J., «Individual and Aggregate Price Adjustment: Empirical Evidence», *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 1987b.
- BLANCHARD, O. J., e KIYOTAKI, N., «Monopolistic Competition and the Effects of Aggregate Demand», *American Economic Review*, 77(4), September 1987, pp. 647–666.
- BLANCHARD, O. J., e SUMMERS, L. H., «Hysteresis and the European Unemployment Problem», *NBER Macroeconomics Annual*, 1986, pp. 15–78.
- BLINDER, A. S., e MANKIW, N. G., «Aggregation and Stabilization Policy in a Multi-Contract Economy», *Quarterly Journal of Economics*, 1984, pp. 67–86.
- CECCHETTI, S. G., «The Frequency of Price Adjustment: A Study of the Newsstand Price of Magazines», *Journal of Econometrics*, 31, August 1986, pp. 255–274.
- FERRAZ, A. M. S., «Moeda e Rigidez dos Preços: A Inflação, A Frequência do Ajustamento dos Preços e o 'Trade-off' Output-Inflação», *Dissertação de doutoramento*, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, Julho de 1992.
- FISHER, S., «Long Term Contracts, Rational Expectations, and the Optimal Money Supply Rule», *Journal of Political Economy*, 85, February 1977, pp. 191–205.
- , «Recent Developments in Macroeconomics», *NBER Working Paper Series*, n.º 2473, December 1987.
- GEARY, P. T., e KENNAN, J., «The Employment — Real Wage Relationship: An International Study», *Journal of Political Economy*, 90(4), August 1982, p. 854–871.
- GORDON, R. J., «Recent Developments in the Theory of Inflation and Unemployment», *Journal of Monetary Economics*, 2, (April 1976), pp. 185–220.
- , «Back to the Future: European Unemployment Today Viewed from America in 1939», *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 1988, pp. 271–312.
- GREENWALD, B., e STIGLITZ, J. E., «Toward a Theory of Rigidities», *American Economic Review*, 79(2), May 1989.
- HALL, R. E., «The Rigidity of Wages and the Persistence of Unemployment», *Brookings Papers on Economic Activity*, 2, 1975, pp. 301–335.
- HALL, R. E., e LILIENTHAL, D. M., «Efficient Wage Bargains under Uncertain Supply and Demand», *American Economic Review*, 69(5), December 1979, pp. 868–879.
- HART, O. D., «Optimal Labour Contracts Under Asymmetric Information: An Introduction», *Review of Economic Studies*, 50, 1983, pp. 3–35.
- KATZ, L., «Efficiency Wage Theories: A Partial Evaluation», *NBER Macroeconomics Annual*, 1 (1986), pp. 235–276.
- LAYARD, R., *How to Beat Unemployment*, Oxford University Press, 1986.
- LINDBECK, A., e SNOWER, D. J., «Strikes, Lock outs and Fiscal Policy», *Seminar Paper n.º 309*, Institute for International Economic Studies, Stockholm 1984a.
- , «Labour Turnover, Insider Morale, and Involuntary Unemployment», *Seminar Paper n.º 310*, Institute for International Economic Studies, Stockholm, 1984b.
- , «Explanations to Unemployment», *Oxford Review of Economic Policy*, n.º 2, 1985, pp. 34–69.

- , «Involuntary Unemployment as an Insider-Outsider Dilemma», in W. Beckerman, ed., *Wage Rigidity, Employment, and Economic Policy*, London, Duckworth, 1986.
- , «Wage Setting, Unemployment and Insider-Outsider Relations», *American Economic Review*, 76(2), May 1986, pp. 235–239.
- , «Cooperation, Harassment, and Involuntary Unemployment: An Insider-Outsider Approach», *American Economic Review*, 78(1), March 1988, pp. 167–188.
- MALCOMSON, J. M., «Unemployment and the Efficiency Wage Hypothesis», *Economic Journal*, 91, December 1981, pp. 848–866.
- MANKIN, N. G., «Small Menu Costs and Large Business Cycles: A Macroeconomic Model of Monopoly», *Quarterly Journal of Economics*, May 1985, pp. 529–537.
- , «Recent Developments in Macroeconomics: A Very Quick Refresher Course», *Working Paper Series*, n.º 2474, December 1987a.
- , «The New Keynesian Microfoundations», Comment, *NBER Macroeconomics Annual*, 2, 1987b, pp. 105–110.
- MACDONALD, I., e SOLOW, R. M., «Wage Bargaining and Employment», *American Economic Review*, 71(5), December 1981, pp. 896–908.
- OKUN, A. M., *Prices and Quantities: A Macroeconomic Analysis*, Washington, D. C., Brookings Institution, 1981.
- PARKIM, M., »The Output-Inflation Trade-off When Prices Are Costly to Change», *Journal of Political Economy*, 94(1), February 1986, pp. 200–224.
- ROTEMBERG, J. J., «The New Keynesian Microfoundations», *NBER Macroeconomics Annual*, 2, 1987, pp. 69–104.
- SHAPIRO, C., e STIGLITZ, J. E., «Equilibrium Unemployment as a Worker Discipline Device», *American Economic Review*, 74(3), June 1984, pp. 433–445.
- SOLOW, R. M., «Another Possible Source of Wage Stickiness», *Journal of Macroeconomics*, 1(1) Winter 1979, pp. 79–82.
- , «On Theories of Unemployment», *American Economic Review*, 70(1), March 1980, pp. 1–11.
- , «Insiders and Outsiders in Wage Determination», *Scandinavian Journal of Economics*, 87(2), 1985.
- TAYLOR, J. B., «Staggered Wage Setting in a Macro-Model», *American Economic Review Papers and Proceedings*, 69(2), May 1979, pp. 108–113.
- , «Aggregate Dynamics and Staggered Contracts», *Journal of Political Economy*, 88(1), February 1980, pp. 1–23.
- YELLEN, J., «Efficiency Wage Models of Unemployment», *American Economic Review*, 74(2), May 1984, pp. 200–205.

(Versão entregue em Julho de 1993)